

Dívida de curto prazo: o total.

O presidente do Banco Central desmente notícia internacional de que nossa dívida a curto prazo chegaria a 30 bilhões de dólares. São apenas 11, ele garante.

— A informação é totalmente distorcida.

Assim, o presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, desmentiu, em nota oficial, a notícia do **Financial Times** segundo a qual a dívida brasileira de curto prazo alcança US\$ 30 bilhões. Langoni:

— A dívida a curto prazo está estimada para o final de 1982 em cerca de US\$ 11 bilhões e a programação para 1983 prevê sua redução, acompanhando o corte drástico das importações.

Langoni informou ainda que o Brasil já assegurou operações de longo prazo "já comprometidas este ano" para desembolso no início de 1983, no total de US\$ 3,1 bilhões, "sendo mais que suficientes para cobrir a totalidade dos **Bridge Loans** (empréstimos-ponte) até agora solicitados".

Na nota oficial, o presidente do Banco Central garantiu que a dívida de curto prazo brasileira é "essencialmente comercial", não inclui nenhum empréstimo-ponte vinculado a financiamento de importações-petróleo e matéria-prima — e também a operações de curto prazo relativas à colocação de produtos brasileiros no Exterior.

Até técnicos do Banco Central não aceitavam os números divulgados por Langoni: eles estimam a dívida de curto prazo acima de US\$ 16 bilhões. Um dos técnicos do Banco Central explicou que os US\$ 11 bilhões citados por Langoni não levam em conta, por exemplo, os empréstimos-ponte, a serem incorporados à dívida bruta apenas com a sua conversão em operações de longo prazo.

Na reunião do próximo dia 20 com os 40 maiores bancos internacionais, o Brasil vai, segundo o presidente do Banco Central, discutir exclusivamente o empréstimo-jumbo de US\$ 4 bilhões, "necessário para deixar o Brasil fora do mercado nos primeiros meses de 1983". Langoni destacou que "não se trata de renegociação, mas sim de implementar estratégia já acertada com os bancos quando de nossa visita a eles nos últimos meses". Essa estratégia ainda não foi comunicada internamente e fonte do Banco Central reafirmou que envolve necessariamente a renegociação de parte da dívida brasileira.